

LEI Nº 3.772, DE 05 DE ABRIL DE 2023

Revogada pela Lei nº. 3.904/2024

~~AUTORIZA A CONCESSÃO INDIVIDUALIZADA DE USO DE BEM PÚBLICO LOCALIZADO NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES DO DISTRITO DE ANUTIBA, MUNICÍPIO DE ALEGRE-ES, EM CONFORMIDADE COMO ART. 35, § 1º, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.~~

~~Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.~~

~~**Art. 1º.** Fica autorizada a Concessão individualizada de Bem Público localizado no Parque de Exposições do Distrito de Anutiba, município de Alegre-ES, em conformidade com o art. 35, §1º, da Lei Orgânica do Município de Alegre.~~

~~**Parágrafo único.** Fica o Executivo Municipal autorizado a ceder o espaço físico mencionado no caput, mediante permissão ou autorização de uso, nos termos definidos na presente Lei.~~

~~**Art. 2º.** O bem a que se refere o Art. 1º desta Lei, é o seguinte:~~

~~**I**— 01 (uma) cantina medindo 29,78 m²;~~

~~**Art. 3º.** A Concessão de Uso do espaço físico localizado no Parque de Exposições do Distrito de Anutiba, município de Alegre/ES, será destinado a fins comerciais no ramo de RESTAURANTE, LANCHONETE E BAR.~~

~~**Art. 4º.** Estarão aptos a participar do prévio certame licitatório antecedente à concessão de uso o microempreendedor individual ou pessoa jurídica devidamente legalizados que obedecerem a todas as condições e exigências estabelecidas na Lei 8.666/1993 ou outra que vier a lhe suceder.~~

~~**Art. 5º.** A concessão de uso de que trata esta Lei terá por prazo 02 (dois) anos, renovável por mais 02 (dois).~~

~~**Art. 6º.** As condições de utilização do bem público objeto da presente concessão será regulamentada em Decreto a ser expedido em 60 (sessenta) dias da publicação da presente Lei.~~

~~**Art. 7º.** A Concessão de Uso do bem público de que trata esta Lei ocorrerá mediante a modalidade licitatória "Concorrência Pública" para Melhor Oferta, cujo edital estabelecerá valor mínimo para participação, valor mensal de remuneração e todas as demais condições e exigências legais previstas na Lei 8.666/1993 ou outra que vier a lhe suceder.~~

~~**Art. 8º.** No caso de extinção, mudança de atividades, ou qualquer outra conduta que implique no desvio da finalidade da lei, observado o descumprimento no contrato de concessão de uso, o bem individualizado objeto da concessão se findará, retornando o bem concedido à Administração Pública Concedente, sem direito a indenização por qualquer benfeitoria útil, voluntárias ou necessárias nele realizado.~~

~~Art. 9º.~~ Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Alegre/ES, 05 de abril de 2023.

NEMROD EMERICK - Nirrô
Prefeito Municipal